

**Biblioteca universitária e sanção por atraso na
devolução de documentos: punir ou educar: qual é
o projeto?**¹⁵

*University library and sanction for delay in returning
documents: punishing or educating: what is the
project?*

*Biblioteca universitaria y sanción por retraso en la
devolución de documentos: castigar o educar: ¿en qué
consiste el proyecto?*

*Silvio Marcos Dias Santos*¹⁶

¹⁵ Recebido em 30/06/2021, versão aprovada em 30/09/2021.

¹⁶ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (2018). Mestre em Ciência da Informação pela UFBA (2010). LATTES ID: <http://lattes.cnpq.br/0008304260976771>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2448-7824>. Email: silviosantos@id.uff.br.

RESUMO

O estudo aborda as sanções que são aplicadas em bibliotecas com o intuito de punir usuários que atrasam na devolução de documentos, com enfoque nas bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras. Será identificado as formas de sanções recorrentes, descrevendo e analisando como essas se processam nas diferentes bibliotecas, além de refletir acerca da realidade dos profissionais bibliotecários quanto à carência de empenho para formação continuada, assim como, para o desenvolvimento de reflexões críticas, capazes de elaborar programas educativos que envolvam a comunidade. A partir de uma pesquisa descritiva e exploratória. Como resultado do estudo, concluiu-se que os instrumentos normativos elaborados pelas bibliotecas universitárias por si só não apresentam textos suficientemente claros; que utilizam a suspensão e a multa como ferramenta predominante de sanção e que essas práticas em geral não se evidenciam inseridas em programas educativos para a formação da cidadania e da responsabilidade social, pois limita o processo de punição a um ato mecânico de coação aos usuários impontuais.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Universitária: Sanções. Biblioteconomia e Ensino Superior.

ABSTRACT

The study addresses the sanctions that are applied in libraries with the aim of punishing users who delay in returning documents, with a focus on libraries in Brazilian federal public universities. The forms of recurrent sanctions will be identified, describing, and analyzing how these are processed in different libraries, in addition to reflecting on the reality of librarian professionals regarding the lack of commitment to continuing education, as well as, for the development of critical reflections, capable of elaborating educational programs that involve the community. From a descriptive and exploratory research. As a result of the study, it was concluded that the normative instruments elaborated by university libraries by themselves do not present sufficiently clear texts; that use suspension and fines as the predominant sanctioning tool and that these practices in general are not included in educational programs for the formation of citizenship and social responsibility, as it limits the punishment process to a mechanical act of coercion to unpunctual users.

KEYWORDS: University Library: Sanctions. Librarianship and Higher Education.

RESUMEN

El estudio aborda las sanciones que se aplican en las bibliotecas con el objetivo de sancionar a los usuarios que demoran en devolver los documentos, con un enfoque en las bibliotecas de las universidades públicas federales brasileñas. Se identificarán las formas de sanciones recorrentes, describiendo y analizando cómo se procesan estas en las distintas bibliotecas, además de reflexionar sobre la realidad de los profesionales bibliotecarios en cuanto a la falta de compromiso con la formación continua, así como, para el desarrollo de reflexiones críticas, capaz de elaborar programas educativos que involucren a la comunidad. A partir de una investigación descriptiva y exploratoria. Como resultado del estudio, se concluyó que los instrumentos normativos elaborados por las bibliotecas universitarias por sí mismos no presentan textos suficientemente claros; que utilizan la suspensión y las multas como herramienta sancionadora predominante y que estas prácticas en general no están incluidas en los programas educativos para la formación de la ciudadanía y la responsabilidad social, ya que limita el proceso de sanción a un acto mecánico de coacción a los usuarios impuntuales.

PALABRAS CLAVE: Biblioteca Universitaria: Sanciones. Biblioteconomía y Educación Superior.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as diferentes formas de sanção por atraso na devolução de documentos emprestados enquanto uma prática que, embora necessária, é também polêmica e complexa no ambiente das Universidades Públicas Federais Brasileiras.

Não obstante nem sempre as diferentes sanções, inclusive a multa, sejam recursos comumente questionados em bibliotecas, tanto pelos que a aplicam quanto pelos que são por ela penalizados, apreende-se nessas práticas um conflito implícito, seja do ponto de vista prático nas relações entre a biblioteca e o usuário, seja do ponto de vista ideológico, considerando o caráter público com que as bibliotecas universitárias em estudo se inserem na sociedade.

O desafio desse estudo é contribuir com o debate sobre as sanções praticadas em bibliotecas universitárias, em especial a multa em moeda corrente, independentemente do valor e do nível de rigor com que tais sanções são revestidas, enfatizando o potencial de discussão que o tema supõe.

Foi verificado na literatura brasileira da área a quase inexistência de abordagens sobre a matéria, principal motivação para esse estudo. Visou-se problematizar a forma como em geral se revestem as práticas bibliotecárias, provavelmente em decorrência de uma formação profissional que privilegia a técnica em detrimento da formação de competências para a reflexão crítica; somado a essa deficiência de formação, considerou-se a nítida cultura de comodidade, em que o empenho para buscar atualizações e formação continuada não é uma máxima ratificada pela maioria dos profissionais da área. Tal realidade frequentemente é confirmada na literatura. Sobre a formação profissional bibliotecária, Almeida Júnior (2003, p. 9) escreve que:

Pelos problemas enfrentados quanto à sua atualização, espera-se que o profissional bibliotecário procure cursos de aperfeiçoamento e de especialização, participe de eventos e adquira livros e assine periódicos da área. No entanto essa não é uma situação encontrada com a frequência necessária, para que o quadro de desatualização desse profissional seja modificado. Apesar da mudança ocorrida nos últimos anos, o panorama pouco se alterou. Assim, dependem os bibliotecários da formação recebida durante o curso de graduação, e de informações e experiências ouvidas de outros profissionais, quase sempre de maneira fortuita ou por contatos mantidos por força da atuação profissional.

Desse modo, as decisões do dia a dia da biblioteca em geral resultam de reproduções de modelos cristalizados, sem que traduzam reflexões que levem em consideração as diferentes

realidades com suas inerentes implicações culturais, políticas, econômicas e sociais, tampouco a participação e opinião de todos os seguimentos da comunidade envolvidos.

Almeja-se reiterar a idéia do papel educativo das bibliotecas universitárias, uma vez que se supõe inseridas no projeto político-pedagógico da universidade. A existência e qualidade da biblioteca e de seus serviços é condição para o credenciamento e avaliação da instituição de ensino superior. Portanto, subentende-se que a biblioteca universitária deve atuar não apenas como facilitadora do acesso à informação, mas também como co-participe no processo de formação de profissionais capazes de compreender e exercitar a ética, a experiência coletiva e a cidadania, tanto durante a permanência na universidade como também quando lançados como egressos no mercado de trabalho e na sociedade.

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO

As bibliotecas, de modo geral, e, em particular aquelas que atuam em ambientes educacionais como bibliotecas escolares e universitárias encontram-se no cerne de instituições cujo objetivo é principalmente a educação para a formação de profissionais e cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, tendo em vista a sustentabilidade social. Essa realidade aproxima de forma irrefutável o profissional bibliotecário do profissional educador. Há controvérsias, considerando que alguns autores e mesmo algumas escolas mensuram a qualificação do profissional bibliotecário pela sua competência técnica.

Tal competência é uma das inegáveis condições da existência da profissão. Entretanto, elevar a técnica à mais importante condição da existência do profissional bibliotecário é desprezar as competências científicas, humanas, sociais e educacionais que pressupõem a natureza do seu trabalho e que a priori deveriam justificar toda e qualquer formação em nível superior.

A mentalidade expressa na formação em Biblioteconomia expõe os profissionais da área a um palco de contradições, quando pensamentos e posturas assumidas no cotidiano do seu exercício profissional revelam lacunas que precisam ser devidamente analisadas e superadas. Se a leitura é um dos requisitos seminais para a educação, então o bibliotecário não pode esquivar-se ao desafio de ser educador.

A biblioteca universitária, tal como as demais, hoje, são convocadas a desempenhar variadas e complexas atribuições. Contudo, a mais importante e comum entre elas, refere-se ao serviço fim ao qual é predestinada: o atendimento ao usuário. Por muitos séculos as

bibliotecas se ocuparam de forma significativa com a preservação da memória e do conhecimento, geralmente como insumo de poder para as elites. Hoje, a mentalidade biblioteconômica ainda continua vastamente tecnicista e patrimonialista, padecendo de imperativas reflexões e avanços. Contudo é possível constatar na literatura e em experiências práticas, mesmo que isoladas, que o usuário começa a ser objeto de maior atenção, ganhando espaço entre estudiosos e profissionais.

A biblioteca começa a compreender, algumas mais timidamente que outras, que é no usuário que reside o sentido da sua essência. O atendimento do usuário, entretanto, não é (ou não deve ser) apenas o todo. A relação biblioteca e usuário não pode limitar-se à simples prática mecânica de receber e emprestar documentos, punir os que não cumprem as regras ou prestar informações automáticas, tratando-o como elemento periférico no contexto, sem qualquer comprometimento com a sua educação global.

O usuário em certa medida é periférico à biblioteca, no sentido de que, como indivíduo, pertence a diferentes grupos, vive em diversos sistemas sociais e numa determinada cultura – aspectos integrados que influenciam sua atividade ou sua ação em relação à biblioteca. Torna-se usuário da biblioteca, parte da instituição, elemento interno quando se relaciona com ela, mais especificamente, quando interage com ela... (RABELLO, 1981, p. 184).

De fato, autores como Silva continuam alertando para a importância do estudo de usuário, gerando protagonismo na comunidade universitária servida e definindo recursos informacionais, produtos e serviços de acordo com suas necessidades informacionais, desejos, preferências, assim como o regime de informação vigente em nível local (SILVA, 2021, p. 55-56).

Concordando com Rabello e Silva, o usuário não representa apenas um objeto a ser estudado superficialmente ou um número a mais a ser retratado nos relatórios da biblioteca, condição trivial que lhe é normalmente investida nos chamados estudos de usuários. Dessa forma, a participação e opinião do usuário como sujeito deve ser considerada nos processos de composição, decisão e avaliação da biblioteca, de forma que suas ações resultem dessa interação e sejam essencialmente educativas.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Embora a sanção por atraso na devolução de documentos não seja uma peculiaridade das bibliotecas de instituições universitárias públicas federais, as formas de penalidades adotadas nesse setor representam o foco central do estudo em andamento. Em princípio porque tanto o perfil da referida modalidade de biblioteca quanto de seus usuários em geral apresa características que lhes são peculiares; também por ser um trabalho desenvolvido no contexto e para o contexto desse tipo de biblioteca.

O recorte definido representou um recurso metodológico, tendo em vista a racionalização da pesquisa. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa descritiva, que inclui algumas características de uma pesquisa exploratória. A hipótese é que existem possibilidades educativas e não meramente punitivas viáveis de aplicação, capazes de coibir os atrasos na devolução de documentos nas bibliotecas das universidades federais brasileiras. Como pergunta motivadora do estudo questiona-se se as sanções que estão representadas no orbe das bibliotecas universitárias de instituições públicas federais de ensino superior resultam de um projeto educativo mais amplo da biblioteca e da universidade ou tem apenas a função de punir os usuários que ultrapassam o prazo pré-estabelecido para devolução do material que levam por empréstimo. Punir ou educar: qual é o projeto?

Para mapear as bibliotecas universitárias, primeiro levantou-se as Universidades Públicas Federais existentes no país. A Wikipédia foi a principal fonte nessa fase, visto que se verificou nos sites do MEC e da ANDIFES lacunas de atualização, causando variação no quantitativo listado. A referida enciclopédia livre virtual, embora não seja cientificamente considerada como uma fonte relevante de pesquisa, além de ter registrado o maior número de instituições, assegurou o link para elas, permitindo a verificação e pesquisa em suas páginas originais. Esse diferencial creditou a confiabilidade necessária para a sua utilização.

De um total de 63 universidades constantes da lista adotada, 4 ainda se encontravam em fase de implantação e, portanto, seus sites não estavam disponíveis. Desse modo, apenas 59 universidades permitiram acesso às respectivas páginas virtuais, das quais apenas 49 apresentavam link para as respectivas bibliotecas universitárias, mas somente 47 delas possibilitaram acesso aos instrumentos normativos, permitindo verificar as sanções aplicadas por atraso na devolução de material emprestado para usuários. Embora em alguns casos tanto o quantitativo de documentos que podem ser emprestados quanto o tipo de sanção dependa da

categoria de usuário (discente, docente, técnico administrativo e outros), tomou-se como parâmetro os usuários discentes, por representar a maioria absoluta de cadastros nos sistemas. Como várias bibliotecas se distribuem entre centrais e setoriais, definimos que pelo menos uma biblioteca do sistema fosse pesquisada, priorizando, quando possível, as bibliotecas centrais.

Verificando os instrumentos normativos das 47 bibliotecas universitárias acessíveis, destacou-se o item referente a sanção por atraso. Mapeamos os tipos de penalidades vigentes aplicadas, destacando a forma como os mesmos eram operacionalizados. Verificou-se, inicialmente, que muitos desses instrumentos normativos não se apresentavam suficientemente claros para uma plena compreensão textual. Apesar disso, tais instrumentos tornaram-se principal fonte para viabilização da pesquisa.

SANÇÕES POR ATRASO NA DEVOLUÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A sanção por atraso em bibliotecas não é tema popular na literatura da área de Biblioteconomia, no Brasil. Em bibliotecas universitárias também se observa a quase inexistência de debates em torno da temática. Em todo o levantamento, foi identificado apenas um artigo que tratou exatamente sobre o tema, apresentado pelo Professor Doutor Francisco das Chagas de Souza, em 1996, no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em Curitiba. Apesar dessa lacuna, a sanção é um elemento presente, polêmico, controverso e ao mesmo tempo necessário em bibliotecas. Seja a suspensão, a multa ou qualquer outra forma de sanção, tais expedientes cristalizaram-se como recurso que visa coibir a indisciplina de usuários que não veem na devolução pontual do material emprestado um dever e uma conduta imprescindível para garantir o acesso democrático de todos aos bens que constituem a biblioteca, enquanto patrimônio coletivo.

A biblioteca universitária convive diariamente com um alto fluxo de frequência e empréstimo de documentos, o que favorece a uma maior incidência de atrasos na devolução. Tal situação afeta diretamente o usuário que procura pelo documento para empréstimo e não consegue acessá-lo; também, afeta ao usuário que, por atrasar, se vê obrigado a compensar esse ato de formas nem sempre justas, eficientes e educativas.

Em geral os usuários que não cumprem o prazo de devolução definido pelas bibliotecas emprestantes sofrem suspensão ou multa como forma de sanção. Essas são as duas

formas mais recorrentes de sanção aplicadas nos sistemas de bibliotecas universitárias no Brasil. Tais sanções representam prejuízos para aqueles que atrasam, em geral ficando suspensos do serviço de empréstimos ou pagando multas que, dependendo da quantidade de dias de atraso e volumes emprestados, podem chegar a proporções bastante inconvenientes, pelo menos para alguns, tanto do ponto de vista acadêmico quanto no âmbito financeiro.

A sanção, seja qual for o tipo, carece ser analisada, considerando que, por si só, tal solução não produz alteração na consciência do usuário em relação ao conceito de patrimônio público, de ética e de cidadania. Para que esses conceitos sejam absorvidos, é vital que os mecanismos de sanção sejam agregados a programas educativos, desenvolvidos como o objetivo de estimular a consciência do significado de bem público e de cidadania. Nesse particular, a biblioteca poderá contribuir para que a experiência universitária favoreça a formação integral de seus discentes, fomentando atitudes ético-profissionais e cidadãos dos futuros egressos, que na ordem natural serão os futuros responsáveis pelo destino da sociedade.

É comum, contudo, seja qual for a represália definida pela biblioteca, que a sanção frequentemente resulte em tensionamentos entre a biblioteca e o usuário. Tais tensionamentos exigem uma análise dos fatores que motivaram o atraso e da forma como a sanção deve ser aplicada. Dentre as situações que merecem atenção no processo de apreciação dos motivos que resultaram no atraso, destacam-se as condições socioeconômicas, geográficas, de saúde, fenômenos naturais como fortes chuvas e alagamentos, greves de transporte, feriados prolongados, a altura do período letivo em que se deu o atraso, a demanda pelo documento, dentre outras. Esse conjunto de elementos torna importante que seja analisada a aplicabilidade da sanção deve ser sempre na mesma medida para todos, independente da situação, considerando que, inúmeras vezes, atraso pode estar associado a fatores que fogem ao controle do usuário. Nesse sentido, a presença de um bibliotecário competente para realizar essa análise juntamente com o usuário pode ser fundamental visando evitar injustiças e garantir formas alternativas e educativas de superação da problemática. Ao contrário da aplicação fria da sanção, na interação direta entre as partes pode residir importante acessório para o processo educativo.

Considerando o perfil social, econômico e cultural dos usuários atendidos na biblioteca universitária, parece precipitado enquadrá-los em uma única classe. É patente a diversidade socioeconômica e cultural presente na universidade, sobretudo a partir das políticas mais recentes de inclusão. A sanção, em qualquer modelo, se aplica, hoje, uniformemente para

todos. É o “delito” que une o perfil dos usuários no momento de aplicação da sanção. Entretanto, o que deve estar em questão é a necessidade de educar, uma vez que a realidade demonstra que na cultura brasileira há séria fragilidade de educação para o uso correto do patrimônio público e da consciência de responsabilidade social devida por cada cidadão, independente da classe social e do poder econômico do sujeito, no caso o usuário. Crê-se que uma atitude educativa frente o expediente da sanção e a outras demandas passíveis de ação da biblioteca universitária poderá corroborar com a missão da universidade, despertando na consciência da comunidade a qual serve o sentido de responsabilidade para com o patrimônio público (logo, de todos) e, por conseguinte, para com o senso de cidadania. Portanto o recurso da sanção, seja qual for, deve significar mais que um expediente punitivo e/ou lucrativo, uma oportunidade de educar.

A seguir, aborda-se individualmente cada uma das sanções praticadas pelas bibliotecas universitárias das universidades públicas federais. Busca-se retratar as principais formas de punição utilizadas pelas bibliotecas, procurando discutir algumas controvérsias identificadas, seja no campo do conceito quanto no que concerne ao caráter prático e ideológico que encerram. Também, pretende-se evidenciar a realidade da aplicação das sanções, a partir dos dados obtidos através dos instrumentos normativos das bibliotecas estudadas.

Suspensão

Em um de seus verbetes o dicionário *online* Michaelis.Uol define suspensão como “Pena que os tribunais ou certas corporações pronunciam contra qualquer dos seus membros, privando-o do exercício das suas funções, da qualidade de sócio ou dos vencimentos, durante algum tempo”.

Tratando-se de bibliotecas brasileiras, é muito comum a adoção da suspensão do usuário dos serviços da biblioteca quando esses atrasam na devolução de documentos que tomam por empréstimo. Nas universidades públicas federais brasileiras a prática da suspensão é adotada por cerca de 37% das bibliotecas universitárias, representando a segunda forma de sanção mais utilizada.

Tal recurso nem sempre se dá de forma linear, podendo algumas universidades até quadruplicar os dias de suspensão em relação aos dias de atraso, por documento emprestado. Dependendo da quantidade de itens e dias de atraso, o usuário pode alcançar semanas e até

meses sem poder tomar emprestado qualquer material, o que implica em incongruência com o propósito formativo da universidade. Questionável então mostra-se o rigor desta sanção.

A sanção deve revestir-se de caráter punitivo, mas principalmente do caráter educativo, de modo que o usuário, mais que prejudicado, seja conscientizado da importância de sua pontualidade. Sabe-se que essa conscientização não é uma tarefa fácil, mas se assim o fosse não seria necessária a exigência do nível superior aos profissionais que definem a sanção. Eis um desafio a ser debatido. Se esse debate levar em consideração o caráter educativo da sanção, uma possibilidade seria buscar junto aos próprios usuários e a cientistas da Educação e mesmo do Direito contribuições e possibilidades que pudessem favorecer a uma solução que se aproximasse mais ao propósito educativo em questão. Acima da condição de usuário, aqueles que frequentam a biblioteca e fazem uso de seus serviços são cidadãos, mesmo que uma parte ainda não tenha consciência do significado e das implicações dessa sua condição na sociedade.

O bem público existe e visa sempre à supremacia do interesse público. Logo, ao utilizar os serviços oferecidos pela União, o usuário deve estar ciente de que ele não é o único que utiliza os serviços. A mediada em estudo, entretanto, sem a dose necessária de racionalidade, soa exclusivamente punitiva e prejudicial ao desenvolvimento acadêmico, intelectual e social do usuário.

Tais medidas, se isoladas de um projeto maior de educação e consciência do usuário, por vezes só servem para distanciá-los da biblioteca, concebê-la como intransigente e autoritária, bem como estimulá-lo a adotar atitudes e condutas paliativas e antiéticas, visando driblar o rigor da punição. Como exemplo dessas medidas podemos citar o furto, a retirada de páginas dos documentos, o uso de cadastros de colegas para a retirada do material, dentre outros.

O quadro 1 sintetiza a forma e período de suspensão aplicado nas bibliotecas universitárias estudadas, conforme seus instrumentos normativos.

Quadro 1 - Suspensão nas Bibliotecas Universitárias: período e formas de aplicação

SUSPENSÃO		
PERÍODO E FORMAS	IFES	TOTAL PARCIAL
Um dia de suspensão por dia de atraso e exemplar emprestado	UFGD, UFMS, UFRB, UNILAB, UNIVASF, UFSCar, UNIRIO, UFTM	8
Um dia de suspensão por dia de atraso, sem considerar número de exemplares emprestados	UFBA	1
Dobro de dias de suspensão por dia de atraso e exemplar emprestado	UFPR	1
Dobro de dias de suspensão por dia de atraso, sem considerar número de exemplares emprestados	UFRA, UFFS	2
Tripulo de dias de suspensão dos dias de atraso por exemplar emprestado	UFERSA	1
Quatro dias de suspensão por dia de atraso e exemplar emprestado	UNIFESP	1
Cinco dias de suspensão por dia de atraso e exemplar emprestado	UFABC	1
30 dias de suspensão sem considerar o número de exemplares emprestados	UFAM	1
A critério de cada setorial	UFF	1
Não explícita	UFS	1
TOTAL GERAL		18

Fonte: dados de pesquisa.

Do conjunto das 18 bibliotecas em que identificamos a suspensão como forma de sanção, apenas 3 (a UFTM, UFS e UFF) não detalhava de forma precisa a estrutura do procedimento. O sistema de bibliotecas da Uni-Rio altera o critério de sanção, caso o atraso ultrapasse os 30 dias, dobrando os dias de suspensão.

Outra importante observação é que 3 bibliotecas (UFFS, UFABC e UNIFESP) oferecem como alternativa à suspensão outras formas de penalidades, em geral envolvendo a doação de títulos pré-definidos pelas respectivas bibliotecas.

Multa

O termo multa, em seu sentido lato, refere-se exclusivamente a cobrança pecuniária. Como reforça um dos verbetes do dicionário *online* Michaelis.Uol, multa é uma “[...] pena pecuniária a quem infringe leis ou regulamentos”.

A multa, em princípio, parece ser uma solução eficiente para assegurar às

bibliotecas que os documentos emprestados sejam devolvidos no prazo, tanto que vêm sendo objeto de adesão por um número cada vez maior de bibliotecas. No caso das bibliotecas das Universidades Federais brasileiras, representa cerca de 63%. A comprovação de seus efeitos positivos ou os reais motivos dessa ampliada adesão, entretanto, não está devidamente esclarecida, o que supõe um estudo particular, verificando como funcionava a questão do atraso antes e depois da sua implantação; também, quanto à publicidade e transparência acerca dos valores e do destino da arrecadação registrada e seus consequentes benefícios para a biblioteca. Contudo essa abordagem ficará para outro momento.

O que aqui se destaca é a necessidade de analisar algumas controvérsias implícitas nesse modelo de sanção. Se, por um, lado há uma aparente eficiência no dispositivo da multa como forma de coagir o usuário a ser pontual na devolução do material que toma emprestado em bibliotecas universitárias, por outro esse recurso incorre em controvérsias. Tal questão, em uma análise criteriosa pode ser considerada grave, uma vez que põe em risco a sua própria legitimidade, além de fomentar o pensamento capitalista e de exclusão, que historicamente sempre marcou o acesso ao ensino superior público no Brasil

[...] olhando-se a biblioteca universitária brasileira de hoje, pode-se afirmar que desde a década de sessenta ela tem sido construída pelos bibliotecários para distorcer ou contrapor-se a uma pedagogia de ensino superior que prepara o indivíduo para a ideia de valorização da ação coletiva. Isso, embora possa não ter sido intencional, pois o discurso era e ainda é centrado no coletivo, determinou a construção de mecanismos claramente excludores da população universitária enquanto utilizadora dos acervos e serviços das bibliotecas universitárias (SOUZA, [1996?], p. 1).

Dentre outros, destacam-se dois riscos graves: primeiro, o de que esse modelo passe ser conveniente para algumas bibliotecas e/ou instituições, tornando a multa não mais um problema, mas um dispositivo de arrecadação econômica e de ratificação do caráter elitista da instituição. Numa relação de intercessão, destaca-se um segundo risco, que refere-se ao da legitimação do atraso, quando aqueles que não têm problemas econômicos tenderão a achar que se pagam, logo têm direito de atrasar a devolução. Em ambos os casos, observa-se uma deturpação do objetivo e do sentido ético e educativo desses recursos aplicados pelas bibliotecas, seja em função de ser praticado no contexto do serviço público, seja no que tange ao desfavorecimento daqueles que, não dispendo de condições econômicas suficientes para competir com aqueles que não têm problemas financeiros, serão os usuários que, sendo os que mais precisam da biblioteca, também se verão mais pressionados a cumprir os prazos definidos

de devolução, o que claramente fere o princípio democrático da isonomia. Souza (1996, p. 4) reforça a essa ideia comentando: “Ora, se caem por terra, na prática social, os princípios “democráticos” da multa financeira, o que sobra então? Sobra a expressão do poder de dominar a quem não tem defesa, a quem está cercado, a quem não pode se rebelar contra o sistema”.

Fique claro que o objetivo dos argumentos expostos não é defender o direito do atraso, o que seria um contracenno. Todavia, compreende-se que a multa seja um expediente cujo potencial de injustiça e de sua eficácia social devam ser aspectos devidamente analisados.

Por ser veiculada como uma ideia natural, tal multa assume características dogmáticas e, portanto, expressa o caráter de coisa inquestionável ou indiscutível. Porém, o fato de envolver punição financeira, ao determinar o dogmatismo que cerca a ideia, deveria determinar também o questionamento sobre sua eficácia social, sobre seu valor formativo (pedagógico) dentro de uma instituição modeladora de personalidade profissional e não expor tão exageradamente sua intenção implícita de excluir pessoas (SOUZA, 1996, p. 5).

O enunciado citado nos remete à necessidade de verificação da equidade da multa enquanto recurso punitivo; ainda, que sua compreensão e adoção não seja tão somente resultante de uma ideia dogmática, cuja adesão e manutenção se dê de forma irrefletida. A reflexão é própria daqueles que desenvolveram a capacidade para a análise crítica, o que até aqui é um desafio posto à formação profissional bibliotecária.

Explorando um pouco mais o debate, outra forma de tratar o expediente da multa é vê-la como franca oportunidade de comprometimento social da biblioteca. Em outras palavras, como parte de uma instituição de ensino superior pública, cuja vocação é, sobretudo, a educação, a biblioteca pode e deve atuar na formação de profissionais e cidadãos eticamente conscientes. Nesse sentido, a multa pecuniária, ao invés de apenas estimular as políticas neoliberais cada vez mais infiltradas na ideia de serviço público e das universidades públicas federais, poderá ser um elemento de estímulo à formação deturpada de profissionais.

Além de ser papel da universidade pública formar profissionais técnicos e pensadores e responsáveis por zelar por uma profissão, também é papel dessa mesma universidade formar cidadãos capazes de reforçar a importância de uma sociedade em que o cumprimento de direitos e deveres é pressuposto de cidadania. Ainda, que tais direitos e deveres devem ser parte de uma construção coletiva e o não cumprimento desses pressupostos representa prejuízos para toda a sociedade. Sendo assim, tais prejuízos devem ser ressarcidos em favor da sociedade, a grande prejudicada pelos equívocos individuais de sujeitos que ainda

não foram suficientemente educados para compreender a importância de cumprir seus deveres para com o coletivo.

O quadro 2, abaixo apresenta uma escala dos valores aplicados em forma de multa pelas bibliotecas universitárias estudadas, conforme seus instrumentos normativos.

Quadro 2 – Multas nas Bibliotecas Universitárias: valores e formas de aplicação

MULTAS		
VALORES	IFES	TOTAL PARCIAL
Até R\$0,50	UFPI, UFC, UFJF, UFSJ, UFRJ, FURG	6
De R\$0,51 a R\$0,99	UNB	1
R\$1,00	UFAL, UFT*, UNIFAL(MG), UFLA, UFMG, UFES, UNILA, UFSC, UFRRJ, UFS	10
R\$1,01 a R\$2,00	UFSM, UNIFEI(MG), UFVJM(MG)	3
R\$3,00 ou mais	UFT*, UFRPE	2
Não detalha no instrumento normativo os valores da multa	UFG, UFPB, UFCG, UFMG, UFOP, UFU, UFV, UFCSPA (Porto Alegre), UFRGS, UTFPR, UNIPAMPA	12
TOTAL GERAL		33

Fonte: Dados de pesquisa.

Como é possível observar a partir do quadro acima, não há critério comum para a aplicação das multas nas Bibliotecas Universitárias, cabendo a cada uma definir a forma e os valores a serem praticados em sua aplicação. Observou-se que na UFT há a cobrança de R\$ 1,00 por dia de multa, para atrasos na devolução; caso o documento esteja reservado, o valor da multa é maior, R\$ 3,00.

Não foi identificado nenhum outro tipo de sanção além daquelas acima mencionadas. O que se observou é que precisamente três bibliotecas (UFFS, UFABC e UNIFESP) oferecem como alternativa à suspensão outras formas de penalidades, tais como compensar a penalidade através da doação de livros, cujos critérios são previamente previstos pela biblioteca.

Não sendo possível um prolongamento maior acerca desse debate por questões

imperiosas de tempo e espaço, abaixo discorreremos nossos comentários finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem crítica da questão da sanção por atraso na devolução de documentos emprestados em bibliotecas públicas universitárias demanda análises e estudos que permitam elaborar um modelo coerente e educativo, adequado ao ambiente da universidade com a qual a biblioteca coexiste. Ainda, que esses estudos conduzam a escolhas baseadas na complexidade do ambiente em que estão inseridas. Nesses estudos crê-se vital que se leve em conta o significado de serviço público, atendimento, usuário, regulamento, punição, educação, universidade, biblioteca universitária, dentre outros. A partir do alargamento da visão profissional em torno desses significados, acredita-se possível que decisões dessa natureza possam refletir de forma coerente o papel da biblioteca e de seu profissional, bem como evidenciar o lugar do usuário e da educação no contexto das instituições públicas em questão.

De acordo com o discorrido no decurso desse trabalho, após análise minuciosa dos documentos normativos das bibliotecas, concluiu-se que não há uma uniformização na aplicação da sanção pelo atraso na devolução. Algumas bibliotecas optaram unicamente pela suspensão do usuário dos serviços da biblioteca. Outras optaram pela multa com recebimento em dinheiro, através de guias de recolhimento da união ou de arrecadações sem destino declarado de quantia referente aos dias de atraso. Em ambas, as formas de sanção apresentaram um amplo leque de variação. Outras ainda, preferiram oferecer mais de uma alternativa, quase sempre envolvendo a doação de livros de interesse da biblioteca como forma de liberação dos dias de suspensão ou multa.

Finalmente concluiu-se que a hipótese de que há a preocupação de que as sanções aplicadas reflitam um projeto de educação do usuário para a cidadania não ficou explícita em nenhum instrumento normativo, prevalecendo o caráter meramente punitivo e indiferente às diversas realidades anteriormente discutidas no decurso do trabalho.

Todas as alternativas e práticas identificadas sugerem debates, especialmente visando à formulação de critérios mais claros e mais uniformes. Ainda, que na essência de tais critérios prepondere o objetivo de tornar a sanção um recurso educativo e não meramente voltado para a punição fria e sem objetivo de formar os usuários para serem profissionais e cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

É necessário salientar que a presente pesquisa foi concluída anterior ao período pandêmico ocasionado pela COVID-19. Dessa forma, vemos que o problema se torna mais complexo. Podemos inferir que o isolamento social privou os universitários e membros da comunidade acadêmica em geral de leituras formadoras. O que ocorre é que as necessidades informacionais desses sujeitos da informação, usuários dos sistemas de bibliotecas das universidades públicas, não são igualmente satisfeitas pelos recursos e fontes digitais, adotadas pelos programas de formação superior no momento.

No que concerne à pesquisa, ensino e extensão, os marcos teóricos e frisas históricas dos fatos, conceitos e teorias pesquisadas estão disseminados em fontes diversas, nem sempre recuperáveis pela via digital. Ao tentar melhorar o acesso desses usuários, os profissionais bibliotecários não podem esquecer da questão dos direitos autorais, propriedade intelectual e natureza legal da disponibilização das fontes, por meio da mera digitalização.

Espera-se que a pesquisa contribua para o debate sobre a temática nas práticas biblioteconômicas, elucidando a questão democrática que nos motiva a acreditar na importância do profissional bibliotecário e dos serviços que é convocado a prestar à sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina (PR): Eduel, 2003.

RABELLO, O. C. P. O usuário nos currículos de Biblioteconomia. **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 179-92, set. 1981.

SILVA, Edilene Maria da Silva (org.). **Gestão de Unidades de Informação na atualidade**. Recife: UFPE, 2021. (Série Livro-Texto).

SOUZA, F. C. A multa financeira nas bibliotecas universitárias: sua contribuição ao desvio educacional. In: 9. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR - PUC/PR, 1996.

VERSÃO INTEGRAL EM LÍNGUA INGLESA

University library and sanction for delay in returning documents: punishing or educating: what is the project?¹⁷

Silvio Marcos Dias Santos¹⁸

INTRODUCTION

This search addresses the different forms of sanction for delay in returning borrowed documents as a practice that, although necessary, is also controversial and complex in the environment of the Brazilian Federal Public Universities.

Notwithstanding the fact that the different sanctions, including fines, are not always commonly questioned resources in libraries, both by those who apply them and those who are penalized by them, an implicit conflict is perceived in these practices, whether from the practical point of view in the relations between the library and the user, or from the ideological point of view, considering the public character with which the university libraries under study are inserted in society.

The challenge of this study is to contribute with the debate on sanctions practiced in university libraries, especially the fine in currency, regardless of the amount and the level of rigor with which such sanctions are coated, emphasizing the potential for discussion that the theme supposes.

It was verified in the Brazilian literature in the area the almost inexistence of approaches on the subject, the main motivation for this study. It aimed to problematize the way in which, in general, library practices are covered, probably as a result of a professional training that focuses on the technique rather than on the formation of skills for critical reflection; added to this deficiency of training, it was considered the clear culture of convenience, in which the commitment to seek updates and continuing education is not a maxim ratified by most professionals in the area. This reality is often confirmed in the literature. About the librarian professional training, Almeida Júnior (2003, p. 9) writes that:

¹⁷ Received on 06/30/2021, version approved in 09/30/2021.

¹⁸ LATTES ID: <http://lattes.cnpq.br/0008304260976771>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2448-7824>.
Email: silviosantos@id.uff.br.

Given the problems faced regarding their updating, it is expected that librarians seek further training and specialization courses, attend events, and purchase books and subscribe to periodicals in the area. However, this is not a situation found with the frequency required for the outdatedness of this professional to be modified. Despite the change that has occurred in recent years, the panorama has changed little. Thus, librarians depend on the training received during the undergraduate course, and information and experiences heard from other professionals, almost always in a fortuitous way or through contacts maintained by virtue of professional performance.

Thus, the day-to-day decisions of the library in general result from thereproduction of crystallized models, without reflections that consider the different realities with their inherent cultural, political, economic, and social implications, as well as the participation and opinion of all segments of the community involved.

The aim is to reiterate the idea of the educational role of university libraries since they are supposed to be inserted in the political-pedagogical project of the university. The existence and quality of the library and its services is a condition for accreditation and evaluation of the higher education institution. Therefore, it is implied that the university library should act not only as a facilitator of access to information, but also as a co-participant in the process of training professionals capable of understanding and exercising ethics, collective experience, and citizenship, both during their stay at the university and when launched as graduates in the labour market and in society.

THE UNIVERSITY LIBRARY AS AN EDUCATIONAL SPACE

Libraries in general, and those that operate in educational settings such as school and university libraries are at the heart of institutions whose purpose is primarily education for the training of professionals and citizens aware of their role in society, with a view to social sustainability. This reality irrefutably brings the library professional closer to the professional educator. There is controversy, considering that some authors and even some schools measure the qualification of the professional librarian by their technical competence.

Such competence is one of the undeniable conditions for the existence of the profession. However, to elevate technical competence to the most important condition for the existence of a professional librarian is to disregard the scientific, human, social, and educational competencies that are inherent to the nature of their work and that a priori should justify any higher education.

The mentality expressed in the training in Librarianship exposes professionals in the area to a stage of contradictions, when thoughts and attitudes assumed in the daily life of their professional practice reveal gaps that need to be properly analyzed and overcome. If reading is one of the seminal requirements for education, then the librarian cannot dodge the challenge of being an educator.

The university library, like all other libraries, is called upon today to perform various and complex tasks. However, the most important and common among them is the service to which it is predestined: serving the user. For many centuries libraries have been significantly concerned with the preservation of memory and knowledge, usually as an input of power for the elites. Today, the librarianship mentality remains largely technician and patrimonialist, suffering from imperative reflections and advances. However, it is possible to see in the literature and in practical experiences, even if isolated, that the user begins to be the object of greater attention, gaining space among scholars and professionals.

The library is beginning to understand, some more timidly than others, that it is in the user that the meaning of its essence lies. User service, however, is not (or should not be) only the whole. The library-user relationship cannot be limited to the simple mechanical practice of receiving and lending documents, punishing those who do not comply with the rules or providing automatic information, treating the user as a peripheral element in the context, without any commitment to his/her overall education.

The user to some extent is peripheral to the library, in the sense that as an individual he or she belongs to different groups, lives in different social systems and in each culture - integrated aspects that influence his or her activity or action in relation to the library. He becomes a library user, part of the institution, an internal element when he relates to it, more specifically, when he interacts with it... (RABELLO, 1981, p. 184).

In fact, authors such as Silva continue to call attention to the importance of user studies, generating protagonism in the university community served and defining informational resources, products, and services according to their informational needs, desires, preferences, as well as the current information regime at the place (SILVA, 2021, p. 55-56).

Agreeing with Rabello and Silva, the user is not just an object to be studied superficially or one more number to be portrayed in the library reports, a trivial condition that is usually invested in the so-called user studies. Thus, the participation and opinion of

the user as a subject must be considered in the processes of composition, decision, and evaluation of the library, so that its actions result from this interaction and are essentially educational.

METHODOLOGICAL ASPECTS

Although the sanction for late return of documents is not a peculiarity of the libraries of federal public university institutions, the forms of penalties adopted in this sector represent the central focus of the study underway. In principle, because both the profile of this type of library and of its users in general present characteristics that are peculiar to them; also, because it is a work developed in the context and for the context of this type of library. The defined cut-off represented a methodological resource, in view of the rationalization of the research. Therefore, this is descriptive research, which includes some characteristics of an exploratory research. The hypothesis is that there are feasible educational and not merely punitive possibilities of application, capable of curbing the delays in the return of documents in the libraries of Brazilian federal university. As a motivating question of the study, it is questioned whether the sanctions represented in the orb of university libraries of federal public institutions of higher education result from a broader educational project of the library and the university or have only the function of punishing users who exceed the pre-established deadline for returning the material they borrow. Punish or educate: which is the project?

To map the university libraries, the first step was to survey the existing Federal Public Universities in the country. Wikipedia was the main source in this phase, given that it was verified in the websites of the Brazilian Education Ministry (MEC) and of Brazilian Higher Education Professionals Association (ANDIFES) that there were gaps in the updates, causing variations in the listed quantity. Although this free virtual encyclopedia is not scientifically considered a relevant source of research, in addition to having registered the largest number of institutions, it ensured the link to them, allowing verification and research in their original pages. This differential credited the necessary reliability for its use.

Of a total of 63 universities on the adopted list, 4 were still in the implementation phase and, therefore, their websites were not available. Thus, only 59 universities provided access to their respective virtual pages, of which only 49 presented a link to the respective university libraries, but only 47 of them provided access to the normative instruments,

allowing verification of the sanctions applied for delay in returning material lent to users. Although in some cases both the quantity of documents that can be borrowed and the type of sanction depend on the category of user (student, professor, administrative technician, and others), student users were taken as a parameter because they represent most of the registrations in the systems. As several libraries are distributed between central and sectorial, we defined that at least one library of the system should be researched, prioritizing, when possible, the central libraries. Verifying the regulatory instruments of the 47 accessible university libraries, the item related to sanctions for delay was highlighted. We mapped the types of current penalties applied, highlighting how they were operationalized. It was verified, initially, that many of these normative instruments were not sufficiently clear for a full textual understanding. Despite this, these instruments became the main source of research.

SANCTIONS FOR LATE RETURN OF BIBLIOGRAPHIC MATERIAL IN UNIVERSITY LIBRARIES

The sanction for delay in libraries is not a popular theme in the literature of the Library Science area in Brazil. In university libraries it is also observed the almost inexistence of debates around the theme. Throughout the survey, it was identified only one article which dealt exactly with the theme, presented by Professor Doctor Francisco das Chagas de Souza, in 1996, at the National Seminar on University Libraries, in Curitiba. Despite this gap, the sanction is a present, controversial and at the same time necessary element in libraries. Be it suspension, fine or any other form of sanction, such expedients have crystallized as a resource that aims to curb the indiscipline of users who do not see in the punctual return of the borrowed material a duty and an essential conduct to ensure the democratic access of all to the assets that constitute the library as a collective asset.

The university library coexists daily with a high flow of attendance and borrowing of documents, which favors a higher incidence of late returns. This situation directly affects the user who looks for the document for loan and cannot access it; it also affects the user who, by delaying, is forced to compensate this act in ways that are not always fair, efficient, and educational.

In general, users who do not meet the return deadline set by the lending libraries are suspended or fined as a form of sanction. These are the two most recurrent forms of sanctions applied in university library systems in Brazil. Such sanctions represent losses for

those who delay, generally getting suspended from the lending service or paying fines that, depending on the number of days of delay and volumes borrowed, can reach quite inconvenient proportions, at least for some, both from an academic and financial point of view.

The sanction, of whatever kind, needs to be analyzed, considering that, by itself, such solution does not produce alterity in the user's awareness as to the concept of public assets, ethics, and citizenship. For these concepts to be absorbed, it is vital that the sanction mechanisms are aggregated to educational programs, developed with the aim of stimulating awareness of the meaning of public property and citizenship. In this respect, the library may contribute so that the university experience favours the comprehensive education of its students, fostering ethical-professional and citizen attitudes of future graduates, who in the natural order will be the future responsible for the destiny of society.

It is common, however, that whatever reprisal is set by the library, the sanction often results in tension between the library and the user. Such tensions require an analysis of the factors that caused the delay and how the sanction should be applied. Among the situations that deserve attention in the process of assessing the reasons that resulted in the delay are socioeconomic, geographic, and health conditions, natural phenomena such as heavy rains and flooding, transportation strikes, extended holidays, the time of the school term in which the delay occurred, the demand for the document, among others.

This set of elements makes it important to analyze the applicability of the sanction should always be the same measure for everyone, regardless of the situation, considering that the delay may often be associated with factors beyond the control of the user. In this sense, the presence of a competent librarian to perform this analysis together with the user can be essential to avoid injustice and ensure alternative and educational ways to overcome the problem. Unlike the cold application of the sanction, in the direct interaction between the parties may reside important accessory to the educational process.

Considering the social, economic, and cultural profile of the users served in the university library, it seems hasty to classify them in a single class. The socio-economic and cultural diversity present in the university is evident, especially since the most recent inclusion policies. The sanction, in any model, is applied, today, uniformly to all. It is the "offense" that unites the profile of users at the time of application of the sanction. However, what should be in question is the need to educate, since reality demonstrates that in the

Brazilian culture there is a serious weakness in education for the correct use of public assets and the awareness of social responsibility owed by each citizen, regardless of social class and economic power of the subject, in this case the user. It is believed that an educational attitude towards the expedient of the sanction and other demands susceptible of action of the university library may corroborate with the university mission, awakening in the conscience of the community it serves the sense of responsibility towards the public property (therefore, everyone's) and, consequently, towards the sense of citizenship. Therefore, the use of sanctions, whatever they may be, must mean more than a punitive and/or lucrative expedient, an opportunity to educate.

Next, each of the sanctions practiced by university libraries at federal public universities is individually addressed. It seeks to portray the main forms of punishment used by libraries, seeking to discuss some identified controversies, both in the field of concept and regarding the practical and ideological character that they contain. Also, it is intended to evidence the reality of the application of sanctions, as of data obtained through normative instruments of the libraries studied.

Suspension of use

In one of its entries, the online dictionary Michaelis. Uol defines suspension as "A penalty that the courts or certain corporations pronounce against any of their members, depriving him of the exercise of his functions, membership or salaries, for some time.

In Brazilian libraries, it is very common to suspend users from library services when they are late in returning documents borrowed from the library. In the Brazilian federal public universities, the practice of suspension is adopted by about 37% of the university libraries, representing the second most used form of sanction.

Such recourse does not always occur in a linear fashion, and some universities may even quadruple the days of suspension in relation to the days of delay, per document borrowed. Depending on the number of items and days of delay, the user can reach weeks and even months without being able to borrow any material, which implies incongruence with the educational purpose of the university. The rigor of this sanction is questionable.

The sanction must have a punitive character, but mainly an educational character, so that the user, rather than being harmed, is made aware of the importance of punctuality. It is known that this awareness is not an easy task, but if it were so, it would not be necessary

the requirement of higher education level to the professionals who define the sanction. This is a challenge to be debated. If this debate considers the educational nature of the sanction, one possibility would be to seek with the users themselves and scientists from Education and even from Law, contributions and possibilities that could favor a solution that would be closer to the educational purpose in question. Above and beyond the condition of user, those who frequent the library and make use of its services are citizens, even if some of them are not yet aware of the meaning and implications of their condition in society.

The public good exists and always aims at the supremacy of the public interest. Therefore, when using the services offered by the Union, the user should be aware that he is not the only one who uses the services. The measure under study, however, without the necessary dose of rationality, sounds exclusively punitive and harmful to the academic, intellectual, and social development of the user.

Such measures, if isolated from a larger project of education and awareness of the user, sometimes only serve to distance them from the library, conceiving it as intransigent and authoritarian, as well as encouraging them to adopt palliative and unethical attitudes and conducts, aiming to circumvent the rigor of punishment. As an example of these measures, we can cite theft, removal of pages from documents, use of colleagues' records to remove material, among others.

Table 1 summarizes the form and period of suspension applied in the university libraries studied, according to their regulatory instruments.

Of the 18 libraries in which we identified suspension as a form of sanction, only 3 (the UFTM, UFS, and UFF) did not precisely detail the structure of the procedure. The Uni-Rio library system changes the sanctioning criteria if the delay exceeds 30 days, doubling the days of suspension.

Another important observation is that 3 libraries (UFFS, UFABC and UNIFESP) offer as an alternative to suspension other forms of penalties, in general involving the donation of titles pre-defined by the respective libraries.

Table 1 - Suspension in University Libraries: period and forms of application

SUSPENSION		
PERIOD AND FORMS	IFES	TOTAL PRIVATE
One day suspension per day of delay and borrowed copy	UFGD, UFMS, UFRB, UNILAB, UNIVASF, UFSCar, UNIRIO, UFTM	8
One day suspension per day of delay, regardless of the number of copies borrowed	UFBA	1
Double suspension days per day of delay and borrowed copy	UFPR	1
Double suspension days per day of delay, without considering the number of borrowed copies	UFRA, UFFS	2
Tripule of days of suspension of the days of delay per borrowed copy	UFERSA	1
Four-day suspension per day late and borrowed copy	UNIFESP	1
Five days suspension per day of delay and borrowed copy	UFABC	1
30 days suspension without considering the number of borrowed copies	UFAM	1
At the discretion of each sector	UFF	1
Not explicit	UFS	1
TOTAL		18

Source: search data.

Fines

The term fine, in its broad sense, refers exclusively to pecuniary collection. As one of the entries of the *online* dictionary Michaelis. Uol, a fine is a "[...] pecuniary penalty for those who violate laws or regulations".

The fine, in principle, seems to be an efficient solution to assure to the libraries that the borrowed documents are returned on time, so much so that it has been adhered to by an increasing number of libraries. In the case of the libraries of the Brazilian Federal Universities, it represents approximately 63%. The proof of its positive effects or the real reasons for this increased adherence, however, is not properly clarified, which requires a particular study, verifying how the issue of delay worked before and after its implementation; also, regarding the publicity and transparency about the values and destination of the registered collection and its consequent benefits for the library. However, this approach will be left for another time.

What stands out here is the need to analyze some controversies implicit in this

sanction model. If, on the one hand, there is an apparent efficiency in the fine as a way to coerce the user to be punctual in returning the material borrowed in university libraries, on the other hand this resource incurs in controversies. Such issue, in a careful analysis may be considered serious, once it jeopardizes its own legitimacy, in addition to fostering the capitalist and exclusion thought that historically has always marked the access to public higher education in Brazil

[...] looking at the Brazilian university library today, one can say that since the sixties it has been built by librarians to distort or counteract a pedagogy of higher education that prepares the individual for the idea of valuing collective action. This, although it may not have been intentional, because the discourse was and still is centered on the collective, has determined the construction of mechanisms clearly excluding the university population as users of the collections and services of university libraries (SOUZA, [1996?], p. 1).

Among others, two serious risks stand out: first, that this model becomes convenient for some libraries and/or institutions, making the fine no longer a problem, but a device for economic collection and ratification of the elitist character of the institution. In a relationship of intercession, a second risk stands out, which refers to the legitimization of delay, when those who do not have, economic problems will tend to think that if they pay, then they have the right to delay the return. In both cases, there is a distortion of the purpose and of the ethical and educational sense of these resources applied by libraries, whether due to the fact that it is practiced in the context of public service, or in terms of disfavoring those who, not having enough economic conditions to compete with those who do not have financial problems, will be the users who, being the ones who need the library the most, will also find themselves under more pressure to meet the deadlines set for return, which clearly harms the democratic principle of isonomy. Souza (1996, p. 4) reinforces this idea by commenting: "Now, if the "democratic" principles of the financial fine fall to the ground in social practice, what is left then? What is left is the expression of the power to dominate those who have no defense, those who are surrounded, those who cannot rebel against the system.

It should be clear that the purpose of the arguments exposed above is not to defend the right to delay, which would be a countersense. However, it is understood that the fine is an expedient whose potential for injustice and its social effectiveness should be duly analyzed.

For being conveyed as a natural idea, such fine assumes dogmatic characteristics and, therefore, expresses the character of unquestionable

or indisputable thing. However, the fact that it involves financial punishment, while determining the dogmatism that surrounds the idea, should also determine the questioning about its social effectiveness, about its formative (pedagogical) value within a professional personality shaping institution and not expose so exaggeratedly its implicit intention to exclude people (SOUZA, 1996, p. 5).

The above statement brings us to the need to verify the fairness of the fine as a punitive resource; also, that its understanding and adoption is not only the result of a dogmatic idea, whose adherence and maintenance occurs unreflectively. The reflection is proper of those who have developed the capacity for critical analysis, which so far is a challenge posed to the professional training of librarians.

Exploring the debate, a little further, another way to deal with the fine is to see it as an opportunity for the library's social commitment. In other words, as part of a public institution of higher education, whose vocation is, above all, education, the library can and should act in the formation of professionals and ethically aware citizens. In this sense, the pecuniary fine, instead of only stimulating the neoliberal policies increasingly infiltrated in the idea of public service and federal public universities, may be an element of stimulus to the distorted formation of professionals. Besides being the role of the public university to form technical professionals and thinkers and responsible for zeal for a profession, it is also the role of this same university to form citizens capable of reinforcing the importance of a society in which the fulfillment of rights and duties is a presupposition of citizenship. Furthermore, such rights and duties must be part of a collective construction and failure to comply with these assumptions represents damage to the whole of society. Thus, such losses should be compensated on behalf of society, the great loser of individual mistakes of individuals who have not yet been sufficiently educated to understand the importance of fulfilling their duties to the collective.

Table 2 presents a scale of the amounts applied as fines by the university libraries studied, according to their regulatory instruments.

As it is possible to observe from the table above, there is no common criterion for the application of fines in the University Libraries, it is up to each one to define the form and values to be practiced in its application. It was observed that in the UFT there is a charge of R\$ 1.00 per day of fine, for late return; if the document is reserved, the fine value is higher, R\$ 3.00.

Table 2 - Fines in University Libraries: values and forms of application

FINES		
VALUES IN REAL¹⁹	UNIVERSITIES	TOTAL PRIVATE
Up to R\$0,50	UFPI, UFC, UFJF, UFSJ, UFRJ, FURG	6
From R\$0,51 to R\$0,99	UNB	1
R\$1,00	UFAL, UFT*, UNIFAL(MG), UFLA, UFMG, UFES, UNILA, UFSC, UFRRJ, UFS	10
R\$1,01 to R\$2,00	UFSM, UNIFEI(MG), UFVJM(MG)	3
R\$3,00 or more	UFT*, UFRPE	2
Does not detail in the normative instrument the amounts of the fine.	UFG, UFPB, UFCG, UFMG, UFOP, UFU, UFV, UFCSPA (Porto Alegre), UFRGS, UTFPR, UNIPAMPA	12
TOTAL	33	

Source: search data.

No other type of sanction besides those mentioned above was identified. What was observed is that precisely three libraries (UFFS, UFABC and UNIFESP) offer as an alternative to suspension other forms of penalties, such as compensating the penalty through the donation of books, whose criteria are previously provided by the library.

As it is not possible to extend this debate for reasons of time and space, we will make our final comments below.

FINAL CONSIDERATIONS

The critical approach to the issue of sanctions for late return of documents borrowed in public university libraries requires analysis and studies that allow the development of a coherent and educational model, appropriate to the university environment with which the library coexists. Also, that these studies lead to choices based on the complexity of the environment in which they are inserted. In these studies, it is vital to

¹⁹ The currency of Brazil, called Real, has an official exchange rate for conversion into Dollar and other international trade currencies. With daily fluctuations, it has varied in the ratio of 5x1 Dollars and 6x1 Euros, in the average of the year 2021.

consider the meaning of public service, customer service, user, regulation, punishment, education, university, and university library, among others. By broadening the professional vision, around these meanings, it is believed possible that decisions of this nature may reflect in a coherent way the role of the library and its professional, as well as highlight the place of the user and of education in the context of the public institutions in question.

According to what was discussed during this study, after a thorough analysis of the regulatory documents of the libraries, it was concluded that there is no uniformity in the application of the sanction for late return. Some libraries opted only for the suspension of the user from the library services. Others opted for the fine with receipt in cash, through collection forms of the union or collections with no declared destination of the amount referring to the days of delay. In both cases, the forms of sanction presented a wide range of variation. Still others preferred to offer more than one alternative, almost always involving the donation of books of interest to the library as a means of releasing the days of suspension or fine.

Finally, it was concluded that the hypothesis that there is a concern that the sanctions applied reflect a project of education of the user for citizenship was not explicit in any normative instrument, prevailing the merely punitive character and indifferent to the various realities previously discussed in the course of the work.

All identified alternatives and practices suggest debates, especially aiming at the formulation of clearer and more uniform criteria. Also, that in the essence of such criteria, the goal of making the sanction an educational resource prevails and not merely focused on cold punishment and without the goal of training users to be professionals and citizens aware of their role in society.

It is necessary to point out that the present research was concluded before the pandemic period caused by COVID-19. Thus, we see that the problem becomes more complex. We can infer that social isolation has deprived university students and members of the academic community in general of formative readings. What occurs is that the informational needs of these information subjects, users of public university library systems, are not equally satisfied by digital resources and sources, adopted by higher education programs now.

As far as research, teaching and extension are concerned, the theoretical frameworks and historical backgrounds of the facts, concepts and theories researched are

disseminated in diverse sources, not always retrievable by digital means. In trying to improve access for these users, library professionals must not forget the issue of copyright, intellectual property, and the legal nature of making the sources available through mere digitisation. It is hoped that the research will contribute to the debate on the topic in librarianship practices, elucidating the democratic issue that motivates us to believe in the importance of the professional librarian and the services he or she is called upon to provide to society.

REFERENCES

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina (PR): Eduel, 2003.

RABELLO, O. C. P. O usuário nos currículos de Biblioteconomia. **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 179-92, set. 1981.

SILVA, Edilene Maria da Silva (org.). **Gestão de Unidades de Informação na atualidade**. Recife: UFPE, 2021. (Série Livro-Texto).

SOUZA, F. C. . A multa financeira nas bibliotecas universitárias: sua contribuição ao desvio educacional. In: 9. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR - PUC/PR, 1996.